

Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio

Mário Chagas

Museólogo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é professor adjunto do mestrado em Memória Social e do Departamento de Processos e Estudos Museológicos da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e coordenador técnico do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN.

Resumo

Do coração de um museu que completa seus setenta anos de existência, o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, o autor resgata uma “Perna do Moleque Saci”, para falar de imaginário e memória social. Mais ainda, trata de uma existência que transcende a veracidade documental, e mesmo a materialidade pura, apontando para uma relação inextrincável entre patrimônio material e espiritual, tal como diferentes aspectos de um mesmo patrimônio cultural. Em outras palavras, mais do que abordar a musealização da “Perna do Saci”, o artigo tematiza a musealização da idéia do Saci, o que leva o autor ao encontro de Monteiro Lobato e seu mergulho na memória do personagem, bem como à discussão mais ampla em torno da importação do termo inglês *heritage education*. Traduzido como “educação patrimonial”, seu transplante ignorou possibilidades de diálogo em um primeiro momento; por outro lado, aponta o artigo que se acenam atualmente tentativas e reconhecimentos de uma antropofagia inevitável.

I - A perna do Saci

Cravado no coração do Parque da Cidade, cercado por árvores e por uma comunidade popular que não pára de se movimentar e crescer, o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro segue por uma estrada que aparentemente o afasta da cidade. Mas a cidade teima em se aproximar dele. Tanto a cidade quanto as árvores do Parque são devoradoras. Alheio às múltiplas redes de sentido e ao caos urbano, o Museu da Cidade parece um ente fantástico habitando a floresta. A cidade de que ele trata é quase uma abstração, é quase inexistência – e só não é inexistência completa porque ele trata de afirmá-la e de dar-lhe um corpo material de memória; a cidade de que o Museu trata parece não ter conexão com a cidade praticada e cotidianamente vivida por seus habitantes e usuários. Todavia, para além desse jogo de afastamentos e aproximações, é possível compreender que, assim como a cidade encanta e assusta, maravilha e assombra, oferece armadilhas e abrigos, assim também é o Museu, sobretudo quando ele trata de apresentar uma cidade que não se pode ver, que não se pode tocar e que é tecida com as linhas da memória – agulha invisível –, que atravessa coisas e imagens.

Como evitar a armadilha do Museu da Cidade? Decisão: por hoje e apenas por hoje não quero falar do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, que em 2004 completou 70 anos de existência oficial, e nem mesmo da Cidade do Rio de Janeiro, que em 2005 completará 440 anos. Quero falar de alguma coisa que lá se encontra oculta, no coração documental do Museu, na intimidade de um lugar de memória da cidade; quero falar de uma “Perna do Moleque Saci”.

Segundo alguns depoimentos, cuja veracidade não é comprovada, existiria ali uma ficha catalográfica que daria conta do registro museográfico de uma “Perna do Saci”. Devo dizer que, para alguns técnicos especialistas, o assunto é motivo de constrangimento e, para outros, é motivo de sorriso e blague. Em torno da “Perna do Saci” havia até recentemente um ar mistério e um certo silêncio, o que contribuiu para ampliar a sua performance de curiosidade e para robustecer a sua musculatura aurática. Não tenho interesse, no presente momento, na comprovação ou na negação da existência concreta do registro documental da “Perna do Saci”. Deixo esse assunto para investigadores interessados em provas documentais positivas. Para os objetivos a que me proponho, a suposição de sua existência e o fato de um dia alguém ter imaginado que o seu registro estaria ali no núcleo documental do Museu são suficientes. Síntese: meu interesse está concentrado no imaginário, na memória social e no debate que se organiza em torno do denominado patrimônio cultural (Abreu e Chagas, 2003).

Assim, admitida a suposição anteriormente indicada, é possível avançar um pouco mais. Algumas questões podem, então, ser levantadas: aquela “Perna” seria a “Perna” (ou a representação da “Perna”) que o Saci tem ou a “Perna” (ou a representação da “Perna”) que ele não tem? Caso aquela fosse a “Perna” (ou a representação da “Perna”) que o Saci não tem, estaria ali um indício de que o Saci poderia ter tido duas pernas; caso fosse a “Perna” (ou a representação da “Perna”) que o Saci tem, estaria ali o sinal de sua morte, no papel de moleque que vive pulando. A musealização da “Per-

na do moleque Saci” propõe, portanto, um aparente paradoxo: ou o Saci teve duas pernas ou não tem mais nenhuma e, em ambos os casos, o que está em questão é a existência mesma do Saci. O assunto, como diriam os humoristas, tem alguma piada e é capaz de provocar sorrisos e até gargalhadas.

Para além de uma possível cena de humor, a perspectiva da musealização da “Perna do Saci” faz crescer uma outra questão, qual seja a do corpo material do mito. O moleque Saci, seja ele entidade maléfica ou entidade graciosa e zombeteira, para ter sentido e sensibilizar os sentidos humanos, precisa de um corpo material. Seja qual for a natureza da matéria, ela é um atributo indispensável para a realização do mito.

Admitindo a existência musealizada da “Perna do Saci”, não seria difícil compreendê-la como fração do denominado “patrimônio material”; considerando a existência do Saci como entidade mítica, não seria difícil entendê-la como fragmento do denominado “patrimônio imaterial” ou “espiritual”.

Nesse ponto, socorro-me do filósofo Baruch de Espinosa, filho de mãe portuguesa, para compreender melhor a relação entre o material e o espiritual. Segundo Espinosa (Ética, Proposição VII): “A ordem e a conexão das idéias é a mesma que a ordem e a conexão das coisas”. Mais adiante, Espinosa esclarece que

a substância pensante e a substância extensa são uma e a mesma substância, compreendida ora sob um atributo, ora sob outro. Da mesma maneira, também um modo da extensão e a idéia desse modo são uma e a mesma coisa, mas expressa de duas maneiras diferentes (1973, p. 147).

Ancorado na reflexão de Espinosa, sou levado à compreensão de que a ordem e a conexão do patrimônio espiritual são as mesmas que a ordem e a conexão do patrimônio material; e ainda que o patrimônio material e o espiritual são diferentes modos e aspectos de uma e mesma coisa, qual seja o patrimônio cultural, ainda que expressas de maneiras diferentes.

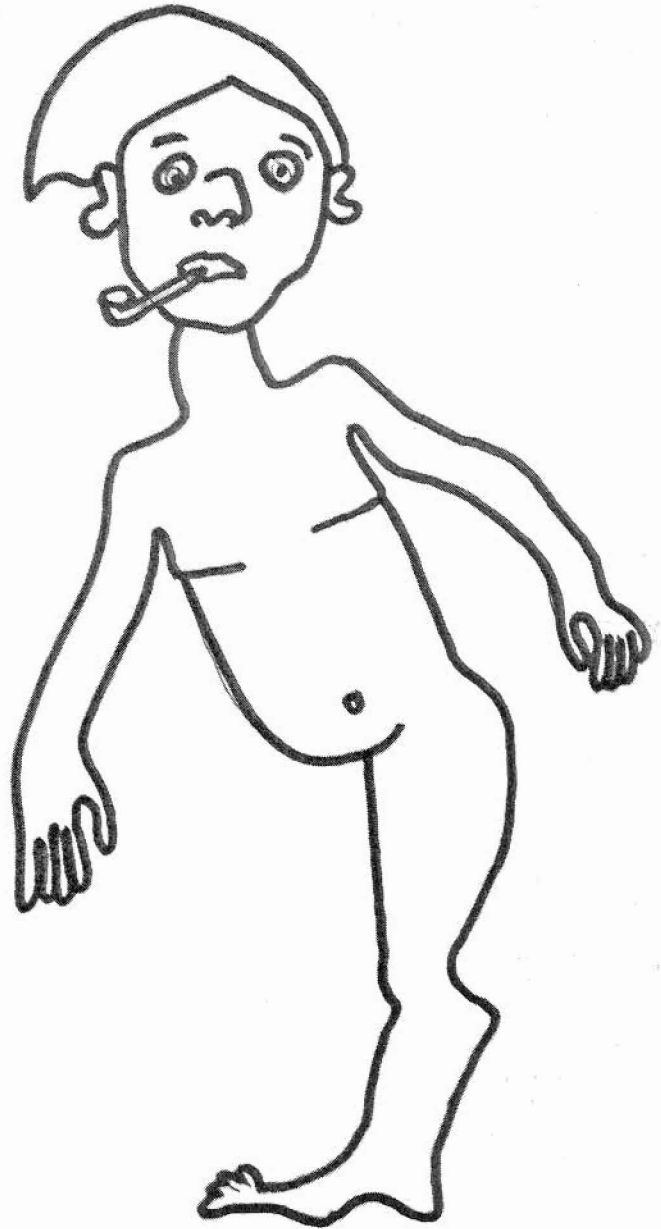
Assim, se não incorro em erro, posso avançar que a musealização da “Perna do Saci” implica a musealização da idéia do Saci. De qualquer maneira, para ser musealizada, a entidade mítica demanda um corpo (ou pelo menos uma “Perna”); mas a “Perna” não está completa sem a referência à entidade mítica. O mito demanda o corpo e o corpo demanda o mito. O aparente paradoxo proposto pela musealização da “Perna do Moleque Saci” resolve-se quando o mito e o corpo se aproximam ou, em outros termos: quando a “Perna” é assumida como um médium ou um ponto por onde passam ou podem passar múltiplas conexões de uma rede de sentidos ainda mais ampla, ou, de modo ainda mais radical, quando a “Perna” é compreendida não como uma representação, mas como um modo de ser do patrimônio cultural Saci.

II - Ainda sobre o Saci

Quem conta um ponto aumenta um conto.¹ O interesse na hipótese da musealização da “Perna do Saci” levou-me também ao encontro de Monteiro Lobato, que, em 1917, abriu, a partir do “Estadinho” – designação popular da edição vespertina do jornal *O Estado de São Paulo* – um inquérito sobre o Saci.²

A investigação conduzida por Lobato, com apoio da imprensa, implicou um mergulho no

*Sacy anda no mundo
pra fazê trampolinage
E o Siô seo imperadô
Pra fazê politicage!*



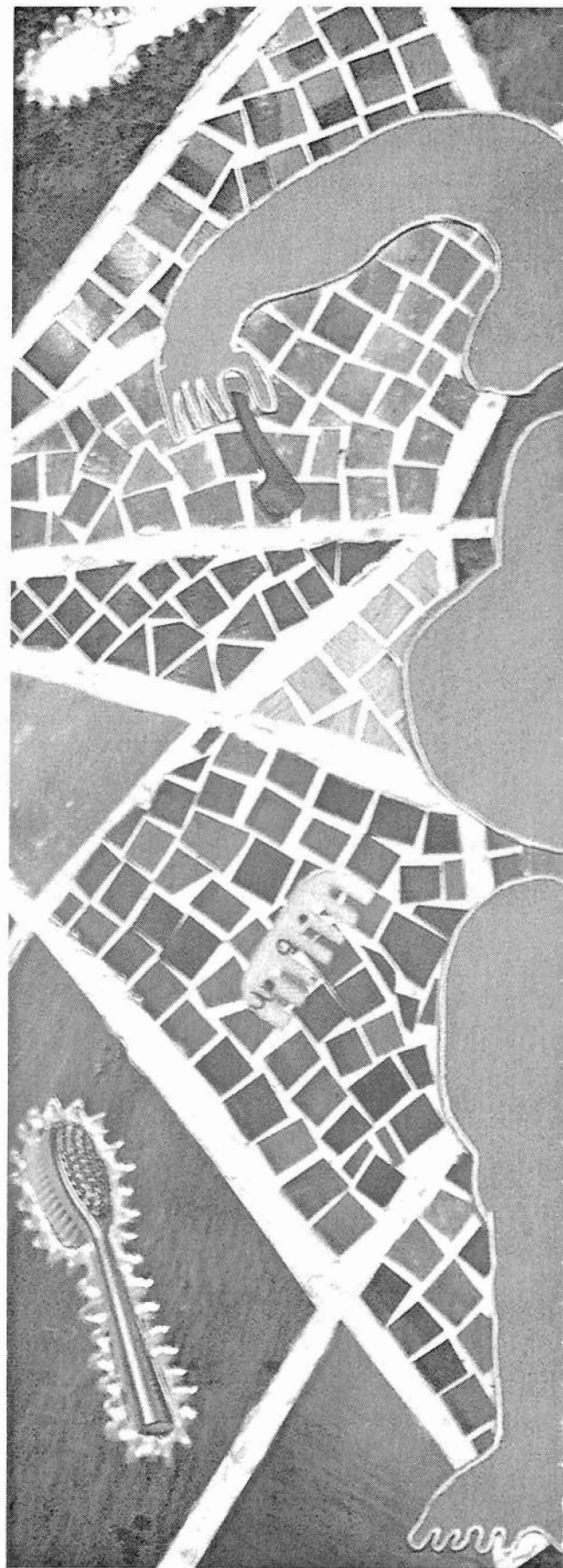
imaginário popular e no campo do que hoje se poderia denominar memória social. Utilizando-se de técnicas científicas de coleta de dados, combinando questionários e registros de depoimentos textuais, a pesquisa em torno da memória do Saci promoveu uma sondagem de expressiva amplitude. Por seu intermédio, buscava-se constituir retrato multifacetado daquele personagem híbrido e mutante, procurava-se a identificação de suas características comportamentais, o seu corpo mítico e suas variantes, sem a intenção de fixá-lo numa única e rígida moldura.

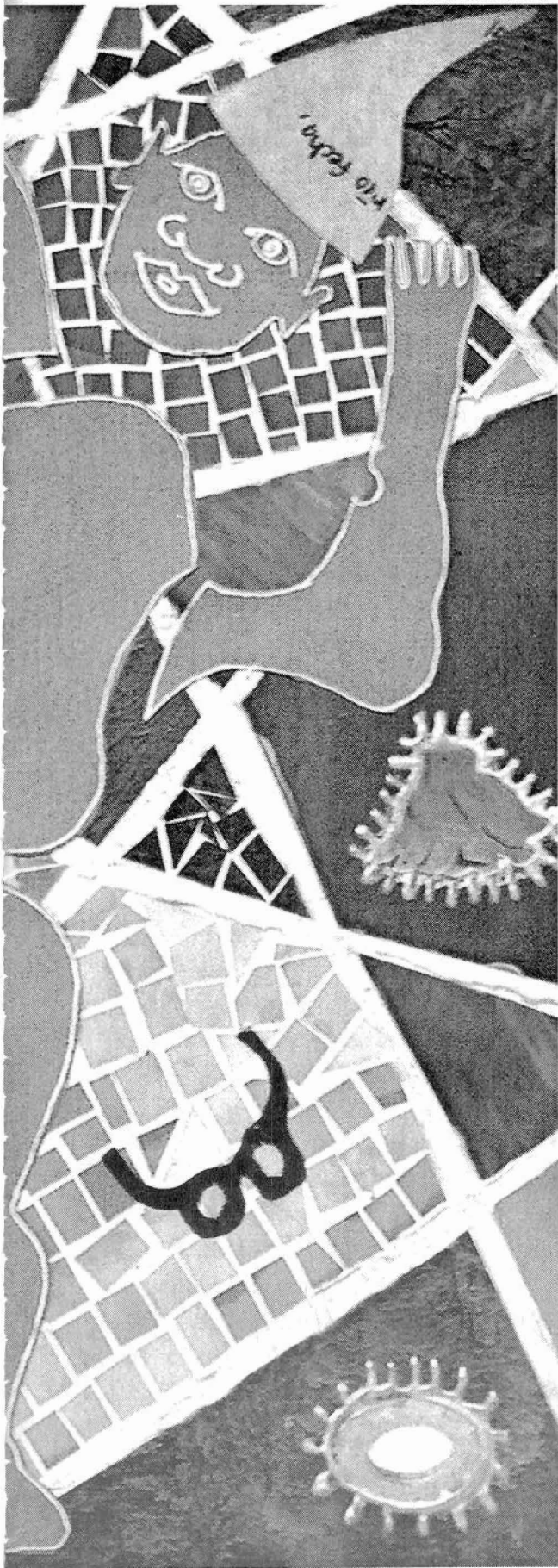
O resultado parece ter sido surpreendente. Segundo Carmen Lúcia de Azevedo, Márcia Camargos e Vladimir Sacchetta (1998):

Choveram cartas de Minas Gerais, do Estado do Rio e, sobretudo, de regiões paulistas. Se o estilo e a abordagem das respostas variavam, elas conservavam, em comum, a origem do mito, que emergia de relatos de escravos empregados nas fazendas ou em pequenas propriedades agrícolas. Circunscrito à zona rural, o moleque, segundo os depoentes, gostava de dançar e praticar diabruras.

Como um desdobramento desse movimento de pesquisa social, o jornal *O Estado de São Paulo* promoveu um concurso do qual participaram diversos artistas com trabalhos inspirados na figura do Saci.³

A investigação de Lobato, longe de querer se afirmar como científica, afirmava-se como ação política e pedagógica e ainda abria espaços para boa dose de humor e arte. O inquérito em torno do moleque Saci abria brechas para a multiplicidade de vozes e evitava a cristalização de uma verdade única e bem acabada. As primeiras linhas do prefácio do livro *O Sacy-*





Perêre: resultado de um inquerito, publicado em 1918, são, nesse sentido, bastante explícitas:

Para ventilar uma criação puramente subjetiva como esta do Sacy a forma de inquerito é a mais razoável. Evita que um só sujeito tome conta do assumpto, e imponha maçadoramente a sua ideia em estiradas considerações eruditas, onde o que mais procura não é revelar o Sacy, senão pavonear a si proprio com grande riqueza de pronomes bem collocados. Assim, em inquerito, todos falam, o estylo varia, o pittoresco augmenta; e concorrem sobretudo os não profissionais das letras.⁴

Textos em prosa, depoimentos orais, versos, cantigas, desenhos, aquarelas, medalhões, esculturas, anúncios comerciais e outros itens serviam para dar corpo e sentido à entidade. O livro publicado por Monteiro Lobato, por seu turno, é mais um fragmento desse mesmo corpo mítico; é mais um aspecto ou um atributo da substância Saci, considerada aqui como patrimônio cultural. A iniciativa do autor de promover a atualização e o registro da potente memória do Saci tem correspondência com o que na atualidade se denomina de Registro do Patrimônio Imaterial, oficialmente instituído por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.

É importante lembrar que em 1917 o mundo estava em guerra; o Brasil das belas letras olhava para a Europa e se expressava em francês, e os modernistas ainda ensaiavam os seus primeiros passos. A moldura conservadora do quadro cultural da época realça o caráter pioneiro, social e moderno, além do nítido acento político, pedagógico e nacionalista, do inquerito conduzido por Lobato, que no Intróito do livro anteriormente referido afirmava:

Começara mal o anno de 1917. A carnicaria européia, no apogeu, reflectia por cá o clarão dos incêndios, os estouros d'obuzes, a angustia do gaz asphyxiante e a selvageria dos mais modos civilizados de matar em grande. Quem se afoutasse a abrir uma folha sorvia sangue dos telegrammas à secção-livre. Um engulho. Foi quando surgiu o Sacy, e veio com suas diabruras alliviar-nos do pesadelo. Por varias semanas alvorotaste meio mundo, oh infernal maroto, e desviaste a nossa attenção para quadro mais ameno que o trucidar dos povos. Bendito sejas! Estás perdoado de muitas travessuras por haveres interrompido, por um momento, em nossa imaginação, a hedionda sessão permanente de horror, aberta pelo sinistro 2 de Agosto de 1914, de execrabilissima memoria.

Volto à “Perna do Saci”. A hipótese da existência de um registro documental sobre essa “Perna” no conjunto das fichas catalográficas do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro desafia a imaginação museal. A “Perna” musealizada parece guardar o mesmo caráter zombeteiro da entidade mítica a que ela se refere. A hipótese da sua presença parece mais uma diabrura e uma traquinagem do moleque Saci.

Para além da hipótese do registro documental, admita-se, por um momento, que a “Perna do Saci” tenha sido efetivamente enquadrada na categoria de patrimônio cultural musealizado. Nesse caso, eu gostaria de propor um pequeno problema: o que fazer com a “Perna do Saci” do ponto de vista da denominada educação patrimonial?

III - O que fazer com a perna do Saci

No inquérito conduzido por Monteiro Lobato foi incluído o depoimento da professo-

ra sra. Antonia Benta Alves de Lima⁵, com sessenta anos de idade, registrado em texto escrito por sua neta. Em seu relato, a professora indica que por ocasião da visita do imperador Dom Pedro II à Cidade de Itú, um velho caboclo sexagenário, metido a poeta, foi levado à presença do soberano. O caboclo recomendou que o imperador tomasse muito cuidado com o Saci. Interessado na conversa, o monarca pediu que o caboclo fizesse uns versos sobre o tema. O caboclo consentiu, puxou um estribilho, provocou gargalhadas e mandou de repente (Lobato, 1998, p. 89):

Sacy anda no mundo
pra fazê trampolinage
E o Siô seo imperadô
Pra fazê politicage!

A velha e experiente professora, como uma narradora benjaminiana (1985, p. 197-221), transmite para a sua neta, como quem quer dar conselhos, o mito do Saci. Pela mediação da neta, o relato da avó é incorporado ao inquérito de Lobato. O delicioso relato da professora aposentada e a trova zombeteira que ela atribui ao personagem do velho caboclo de Itú sugerem que existe um ampliado campo de possibilidades no que se refere à operação com a entidade mítica do Saci. De outro modo: o Saci tem vários avatares. Ele zomba, ele dança, ele faz diabruras, ele desorganiza, ele faz “trampolinage” e, em certos casos, compara-se àqueles que, ocupando o cargo de mandatários da nação, fazem “politicage”. O relato da professora aposentada, depois de trinta anos de magistério, restitui e atualiza a dimensão pedagógica, crítica e política do mito, sem, no entanto, abolir suas outras dimensões.

Por esse relato, firma-se a compreensão de que existe a possibilidade de uma conversa renovada entre o patrimônio material e o espiritual. Essa compreensão abre caminhos para práticas educacionais ainda não previstas.

Voltando, mais uma vez, à “Perna” musealizada do Saci e enfrentando a questão: O que fazer com esse fragmento do corpo do mito? Em primeiro lugar, eu gostaria de descartar toda e qualquer sugestão de descartar esse bem cultural musealizado; em segundo lugar, eu gostaria de abandonar o caminho fácil que seria o de se enredar na crítica estéril da documentação museográfica feita por gerações anteriores; e, finalmente, em terceiro lugar, eu gostaria de sugerir que se acolhesse o caráter zombeteiro da “Perna do Saci” e que, a partir daí, se buscasse desenvolver experiências museais e educacionais criativas e inovadoras.

Em outras palavras, a minha sugestão é que a “Perna do Saci” – independentemente da comprovação de sua existência musealizada –, seja utilizada como recurso educativo, como objeto criador e gerador de múltiplas experiências. Para isso, seria necessário reconhecer que esse objeto – fração do corpo mítico – tem o poder de condensar diferentes histórias. Poder-se-ia denominar essas experiências e práticas sociais de “educação patrimonial”?

A complexidade do tema e a paixão que ele aciona exigem abordagem cautelosa. Importa reconhecer, inicialmente, que nos últimos vinte anos consagrou-se no meio museológico brasileiro, atingindo também alguns museus portugueses (Duarte, 1993), a expressão: “educação patrimonial”. Trata-se, como se sabe, de uma tradução da expressão inglesa *heritage education*.

Essa expressão, que, em certo sentido, constitui um campo de trabalho, de reflexão e ação e, como tal, pode abrigar tendências e orientações educacionais diversas, divergentes e até conflitantes, essa expressão – insisto no termo – estabeleceu-se no Brasil com o desejo de se constituir em marco zero, em gesto inaugural de uma metodologia, de uma prática e de uma reflexão vinculadas ao campo do patrimônio cultural. O marco zero adotado foi: em termos temporais, o ano de 1983; em termos espaciais, a Cidade de Petrópolis; em termos institucionais, o Museu Imperial (Horta et al., 1999). Assim, todas as práticas e reflexões anteriores a esse marco zero foram desautorizadas como práticas constituintes do campo da educação patrimonial.

Em outras palavras: o esforço de fixação do marco zero da educação patrimonial no Brasil, como uma metodologia de sabor inglês, pretendeu, de modo consciente ou inconsciente, descartar as múltiplas experiências anteriores que se desenvolveram no campo da educação patrimonial.¹

O transplante da *heritage education* para o Brasil não levou em conta que a antropofagia não é uma exclusividade brasileira. Os brasileiros não são os únicos antropófagos do mundo. A inteligência, a criatividade, a inventividade, a música, o esporte, a arte, ou, em duas palavras, a cultura brasileira também tem sido antropofagizada e até canibalizada, ainda que os ritos e gestos sejam diferentes.

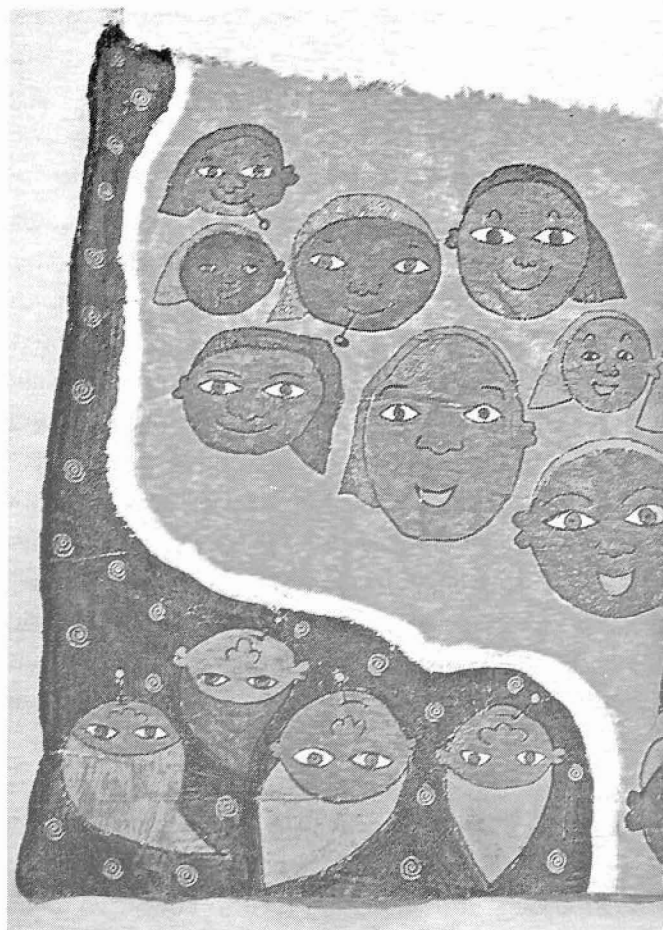
O transplante da *heritage education* para o Brasil não levou em conta os trabalhos de Paulo Freire, alguns deles adotados como base teórica da chamada Nova Museologia, desde os anos 70 do século XX (Freire, 1992). Veja-se a esse

respeito os dois volumes da coletânea Vagues (Bary e Wasserman, 1992 e 1994), publicados na França. Veja-se também os inúmeros depoimentos de Hugues de Varine sobre a importância do pensamento radical de Paulo Freire para a sua formação pessoal (Varine, 1979). Alguns profissionais de museus brasileiros foram sensibilizados para a obra de Paulo Freire a partir dos depoimentos de Hugues de Varine.

Ao se fazer herdeira da *heritage education*, a educação patrimonial abriu mão de um diálogo possível e possivelmente fértil com os museólogos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos e educadores brasileiros. Esse formato de educação patrimonial desconsidera os trabalhos de Gustavo Barroso, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Nise da Silveira, Roquete Pinto, Paulo Freire e, se quisermos ser mais específicos, desconsidera os trabalhos de Sigrid Porto, Nair de Carvalho, Gui de Holanda, F. dos Santos Trigueiros, Regina Real, Waldisa Russio, Maurício Segall, Fernanda Camargo, Liana O'Campo, Rui Mourão, Maria Célia Teixeira Moura Santos, Cristina Bruno e tantos outros.

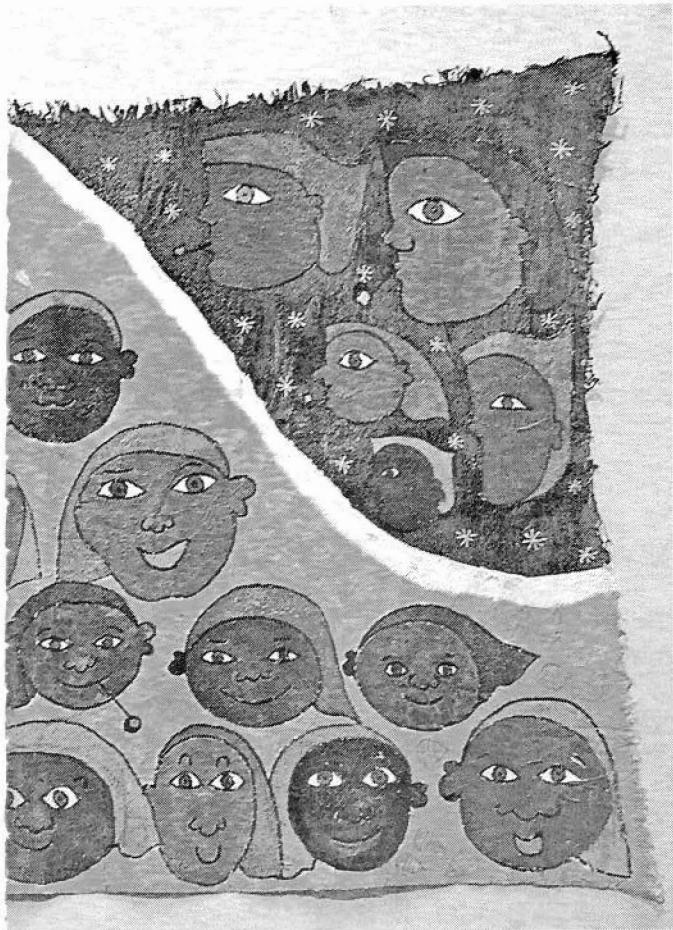
IV - Para além da educação patrimonial

Nos últimos vinte anos, a expressão “educação patrimonial” consagrou-se no Brasil. E consagrou-se não como metodologia, mas como campo de trabalho, de reflexão e ação. A expressão educação patrimonial foi antropofagizada. Nesse sentido, as reflexões e práticas educativas desenvolvidas por Vera Alencar, Lygia Segala, Denise Grispen, Magaly Cabral, Esther Valente, Sibeles Cazelli e tantos outros – reflexões e práticas essas que tomam como pon-



to de partida a relação de indivíduos e grupos sociais com o patrimônio cultural (material e imaterial) – fazem parte desse campo amplo. Conclusão: a idéia de um marco zero para a educação patrimonial já não faz nenhum sentido. Insisto em dizer: a educação patrimonial foi devorada e agora está sendo regurgitada com novas significações.

O campo da educação patrimonial não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território em litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas de sentidos. Orientações, tendências e metodologias diversas estão em jogo nesse território. Toda tentativa de reduzir a



educação patrimonial a uma única metodologia também pode ser lida como tentativa de domínio hegemônico, controle e eliminação de diferenças. Conclusão: a denominada educação patrimonial não é por si só emancipadora ou repressora, fértil ou estéril, transformadora ou conservadora⁷.

Para além da educação patrimonial, interessa pensar a educação como alguma coisa que não se faz sem se ter em conta um determinado patrimônio cultural e determinados aspectos da memória social; para além da educação patrimonial, interessa compreender a educação como prática social aberta à

criação e ao novo, à eclosão de valores que podem nos habilitar para a alegria e a emoção de lidar com as diferenças.

O ponto de partida para reflexões e práticas inovadoras no campo da educação e dos museus bem pode ser a “Perna do Saci”. A partir desse fragmento de corpo mítico muito pode ser feito, pois o novo não está aprisionado nas coisas ou imagens e não tem domicílio fixo. Todavia o novo pode eclodir e explodir a partir da relação que formos capazes de manter com as coisas ou imagens. Imagens e coisas também nos olham, nos ensinam, nos condicionam e exercem sobre nós o seu poder de afetar e serem afetadas.

Falei sobre a “Perna do Saci”, mas poderia ter falado sobre a roupa da Bernúncia – ente devorador de homens e mulheres e que reduz tudo a uma cópia de si mesmo –, poderia falar sobre a farda de Deodoro da Fonseca, sobre o manto do Imperador D. Pedro II, sobre as Botas do Gigante do Museu Júlio de Castilhos, sobre o vestido de Maria Bonita, sobre o revólver de Caxias e muito mais. Em todos os casos, há um corpo material e um sentido (ou corpo) imaterial que lhe confere sentido e desafia as nossas práticas cotidianas.

Notas

1. Disponível em www/http://contoaberto.org.br.
2. Em 1918, Monteiro Lobato publicou o livro *O Sacy-Pererê: resultado de um inquérito*. São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo.
3. Reproduções fotográficas de algumas obras que participaram desse concurso foram incluídas no livro *Sacy-Pererê: resultado de um inquérito*.
4. Cf. Prefácio. Lobato, 1998.
5. Será a Dona Benta?

6. Uma rápida conferência da bibliografia apresentada no *Guia Básico de Educação Patrimonial* (Horta et al., 1999) é suficiente para comprovar que a produção de conhecimento e práticas anteriores não foram levadas em consideração.

7. Inspiro-me em texto de Myrian Sepúlveda dos Santos (1993).

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AZEVEDO, Carmen Lucia de et al. Um duende lobatiano. In: LOBATO, Monteiro. *O Sacy Pererê: resultado de um inquérito*. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1998.
- BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1951.
- BARY, Marie-Odile; WASSERMAN, F. (orgs.) *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*. Paris: Éditions W-MNES, 1992, v. 1; 1994, v. 2.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A museologia como uma pedagogia para o patrimônio. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 87-97, 2002.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC editora, 1996.
- CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A vida social e política dos objetos de um museu. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 34, p. 195-220, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Espinosa e os signos*. Porto: Rés, 1970.
- DUARTE, Ana. *Educação patrimonial: guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto, 1993.
- ESPINOSA, Baruch. Ética. In: *Os pensadores*, v. XVII. São Paulo: Victor Civita, 1973.
- FREIRE, Paulo. *L'éducation, pratique de la liberté* (1971). In: BARY, Marie-Odile; WASSERMAN, F. (orgs.) *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*. Paris: Éditions W-MNES, 1992, v. 1.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.
- LOBATO, Monteiro. *O Sacy Pererê: resultado de um inquérito*. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1998.
- REAL, Regina. *Binômio: museu e educação*. Rio de Janeiro: MEC/MNBA, 1969.
- SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. *Lições das coisas (ou canteiro de obras): através de uma metodologia baseada na educação patrimonial*. Dissertação de mestrado em Educação, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1997.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário*. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT/Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 7, 1996.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 70-84, 1993.
- SILVEIRA, Nise da (superv.) *O mundo das imagens*. Rio de Janeiro: Museu de Imagens do Inconsciente, [s.d.].
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e educação*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.
- VARINE, Hugues de. Entrevista. In: *Museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
- _____. A respeito da mesa-redonda de Santiago. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs.) *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Icom, p. 17-19, 1995.